

O bom de educar cedo

James Heckman, prêmio Nobel de Economia

- 1 A educação é crucial para o avanço de um país – e quanto antes chegar às pessoas, maior será o seu efeito e mais barato ela custará. Basta dizer que tentar sedimentar num adolescente o tipo de conhecimento que deveria ter sido apresentado a ele dez anos antes sai algo como 60% mais caro. Pior ainda: nem sempre o aprendizado tardio é tão eficiente. Não me refiro aqui apenas às habilidades cognitivas convencionais, mas a um conjunto de capacidades que deveriam ser lapidadas em todas as crianças, desde os 3, 4 anos de vida.
- 5 Os estudos confirmam que um programa americano da década de 60, o Perry, amplamente copiado por outros países, tem ótimo retorno. Ele consiste, basicamente, em colocar crianças pobres na escola, em salas com poucos alunos, e envolver os pais no processo educativo. O professor visita as famílias para informar o que está sendo ensinado na aula, de modo que passem a participar mais ativamente. Sem esse amparo dos pais, dificilmente uma criança vai ter motivação para aprender, o que tende a se perpetuar no curso da vida escolar e resultar em adultos sem sucesso. Está provado que a família é o fator isolado que mais explica as desigualdades numa sociedade como a brasileira. Sob esse prisma, uma criança do Nordeste começa a vida em franca desvantagem em relação a uma do Sudeste. Com programas como esses, a ideia é tentar atenuar as diferenças no ponto de partida.
- 10 Uma criança de 8 anos que recebeu estímulos cognitivos aos 3 conta com um vocabulário de cerca de 12 000 palavras – o triplo do de um aluno sem a mesma base precoce. E a tendência é que essa diferença se agrave. Faz sentido. Como esperar que alguém que domine tão poucas palavras consiga aprender as estruturas mais complexas de uma língua, necessárias para o aprendizado de qualquer disciplina? Por isso as lacunas da primeira infância atrapalham tanto.

15 (Fragm. de entrev. concedida a Monica Weinberg, in *Veja*. São Paulo: abril, 10 jun.2009, p. 21-24.)

20 **Observação:** Cada número indicado entre parênteses refere-se à linha, no texto, em que se encontra a palavra, expressão ou frase sublinhada.

(Fragm. de entrev. concedida a Monica Weinberg, in *Veja*. São Paulo: abril, 10 jun.2009, p. 21-24.)

Observação: Cada número indicado entre parênteses refere-se à linha, no texto, em que se encontra a palavra, expressão ou frase sublinhada.

1. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A frase Faz sentido (21) refere-se à ideia de que a ampliação do vocabulário da criança depende da mesma base precoce.
 - Na expressão o triplo do de um aluno sem a mesma base (20) subentende-se o triplo do vocabulário de um aluno sem a mesma base.
 - Na expressão em relação a uma do Sudeste (17) subentende-se em relação a uma criança do Sudeste.
 - Em passem a participar mais ativamente (12) a forma verbal subentende: do processo educativo dos filhos.
2. Assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, em relação a esta frase:
- “A educação é crucial para o avanço de um país – e quanto antes chegar às pessoas, maior será o seu efeito e mais barato ela custará.”
- () Substituindo-se peessoas por gente o acento indicador de crase permanece.
 - () Na frase, crucial equivale a muito importante.
 - () Em para o avanço de um país há ideia de finalidade.
 - () Em quanto antes há ideia de tempo.
 - () O travessão foi empregado para destacar a expressão que lhe é posposta.
 - () Passando chegar para o imperfeito do subjuntivo (chegassem), e mantendo a correlação entre os tempos verbais da oração, as formas verbais será e custará ficam seria e custaria.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente os espaços.
- V – F – V – F – F – V
 - F – V – F – V – F – F
 - V – F – F – F – V – F
 - F – V – V – V – V – V
3. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- No texto, o pronome ela (2) se refere a educação; assim, em respeito à concordância nominal, o adjetivo barato deveria estar no feminino (educação... barata).
 - Em informar o que (11) a palavra o equivale a um pronome demonstrativo (= aquilo).
 - A locução verbal deveria ter sido apresentado (3) indica um fato que teria acontecido no passado, dependendo de certas condições.
 - Em que recebeu (19) e qualquer disciplina (23) há pronomes; respectivamente, relativo e indefinido.
4. Um dos empregos dos demonstrativos esse, essa, isso é indicar fatos já citados; como no texto, em: Sem esse amparo (12 - 13), Sob esse prisma (16), Com programas como esses (17) e essa diferença (21)
- Empregue um desses demonstrativos nos espaços das frases abaixo, substituindo os termos sublinhados. Quando necessário, faça concordância em número e combinação com as preposições de e em.
- Gosto da cidade de Alcântara, por causa da festa de São Benedito.
Gosto _____ cidade.
 - Fizeram boas referências ao centro historio de São Luís.
Fizeram boas referências _____ centro histórico.
 - Os maranhenses acreditam na pujança da Floresta dos Guarás.
Os maranhenses acreditam _____ pujança.
 - Vocês assistiram aos folguedos Dança do Coco, do Carço e de São Gonçalo?
Vocês assistiram _____ folguedos?
- Assinale a opção com a seqüência correta:
- disso – nesse – a essa – esses
 - dessa – a isso – essa – esse
 - disso – a esse – dessa – a esses
 - dessa – a esse – nessa – a esses
5. Assinale a alternativa **INCORRETA**, em relação ao vocábulo caro.
- Estão corretas as frases Ninguém paga caro pelas rendas de bilro maranhenses / Este ano a gasolina custa mais caro.
 - Em sai algo como 60% mais caro (4) – ele é advérbio; portanto, invariável.
 - Porque esse vocábulo já encerra a idéia de preço, é errado seu uso em expressões como O artesanato em fibra de guarimã não tem preço caro.
 - A modelo comprou caro e belo sapatos da moda.

6. Assinale a alternativa **INCORRETA**, em relação ao vocábulo mesmo / mesma.
- Está correta a frase: *O Bumba-meu-Boi é manifestação folclórica diferente das demais do país; a mesma é mais espetacular.*
 - A norma culta da língua rejeita o mencionado vocábulo na substituição de pronomes pessoais, como em *O grupo formado por índios, portugueses e africanos influenciou a culinária maranhense e somos agradecidos ao mesmo.*
 - Em um aluno sem a mesma base precoce (20-21) o vocábulo acompanha o substantivo; é adjetivo e equivale a idêntica.
 - Em *As cerâmicas maranhenses chegam mesmo a ser vendidas no exterior* o vocábulo é advérbio e equivale a até.
7. Considere as frases abaixo.
- Desenvolveu-se o Maranhão, de 1889 a 1930, sobretudo nos setores têxtil e do beneficiamento do arroz e da cana-de-açúcar.
 - Nas primeiras décadas do século XIX entraram no Maranhão levas de migrantes que se estabeleceram nos vales dos rios Mearim e Pandaré.
 - Em 1641 os holandeses invadiram São Luís; não se demoraram ali por mais de três anos.
 - Quem teria lhe falado sobre a nova invasão holandesa no Maranhão, agora de turistas?
- Assinale a alternativa **INCORRETA**, em relação ao emprego dos pronomes, tendo em vista a norma culta da língua.
- O item II está correto, pois o que sempre atrai pronome.
 - A negação sempre atrai pronome; o item III está correto.
 - A ênclise é obrigatória, quando o verbo inicia oração; o item I está correto.
 - O futuro do indicativo admite ênclise; o item IV está correto.
8. Assinale a alternativa **INCORRETA**, tendo por base esta frase:
- A abolição da escravatura levou a província do Maranhão à decadência; precisava-se, então, de trabalho escravo para sua economia.
- A regra de acentuação gráfica de província é a mesma que determina o acento em decadência.
 - Passando a primeira oração para a voz passiva, o núcleo verbal fica *foi levada*.
 - O pronome sua pode apresentar certa ambigüidade, pois existem dois substantivos femininos antecedentes.
 - Passando para o plural as formas verbais, obtêm-se levaram e precisavam.
9. A frase que **NÃO OBEDECE** à norma culta da língua encontra-se na alternativa:
- Não creio que haja muitos brasileiros que conheçam São Bento, cuja economia é basicamente de subsistência.
 - Devem haver festas populares por todo o país, mas não como as do meu Estado.
 - O maranhense é alegre por natureza, haja vista as folias do Divino, os reisados e as lapinhas.
 - Se for para eu mencionar os grandes nomes da literatura maranhense, terei dificuldades, tantos são eles.
10. Observe os períodos abaixo. (De *Site da hora*, in Revista Família Cristã, fev. 2009, p. 19.)
- Verifique em que seqüência eles devem aparecer, para que haja um texto coeso e coerente.
- O site Controle Social procura discutir essas questões, promover campanha anticorrupção e divulgar notícias a respeito desse tema, a fim de mobilizar a comunidade para o enfrentamento do problema.
 - Combatê-la é um dever de todos, e isso muitas vezes deve começar com uma alteração de nossos próprios comportamentos, pois oferecer uma propina a um guarda de trânsito ou a um fiscal, para se livrar de uma multa, é também praticar e estimular a corrupção.
 - Se você também quiser fazer parte dessa luta, acesse <http://controlesocial.blog.terra.com.br>.
 - A corrupção é uma prática nefasta que domina amplos setores da sociedade e do poder público, trazendo prejuízos a toda a população.
- Assinale a alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo.
- I – II – III – IV
 - IV – II – I – III
 - IV – III – II – I
 - I – IV – II – III
11. São tecnologias de imagem que permitem à construção de monitores finos e leves todas as seguintes, **EXCETO**:
- CRT
 - PLASMA
 - OLED
 - LCD
12. São distribuições de LINUX todas as seguintes, **EXCETO**:
- Ubuntu
 - SuSE
 - FreeBSD
 - Red Hat
13. O Windows Vista Home Premium é uma edição dentre as disponíveis para o sistema operacional Windows Vista. Quando comparada com a versão Windows Vista Business, ela tem como diferença:
- Que o Windows Vista Home Premium não permite, sem o uso de programas aplicativos adicionais ao pacote, o uso do serviço de backup agendado.
 - Que o Windows Vista Home Premium não possui Windows Media Center.
 - Que o Windows Vista Home Premium não dá suporte à associação a um domínio.
 - Que o Windows Vista Home Premium não permite acesso simultâneo a um número ilimitado de programas.
14. São opções encontradas na caixa de formatação de parágrafo do Microsoft Word 2007 em português todas as seguintes, **EXCETO**:
- Manter linhas juntas.
 - Kerning para fontes.
 - Espaçamento entre linhas.
 - Recuo à direita.
15. É o endereço de um roteador IP local, que esteja na mesma rede deste computador, que é usado para encaminhar tráfego a destinos que estejam fora da rede local. Está se fazendo referência a(o):
- DNS
 - Gateway Padrão
 - Máscara de Subrede
 - DHCP

16. O que é Phishing?
- É um software que pode exibir anúncios, coletar informações sobre você ou alterar as configurações do computador, geralmente sem obter o seu consentimento.
 - É uma pequena janela do navegador da Web, que aparece no topo do site que você está visitando. Frequentemente são abertas assim que você entra no site e geralmente são criadas por anunciantes.
 - É qualquer programa que automaticamente executa, mostra ou baixa publicidade para o computador depois de instalado ou enquanto a aplicação é executada.
 - É uma maneira de enganar os usuários de computador para que eles revelem informações pessoais ou financeiras através de uma mensagem de email ou site, normalmente uma mensagem de email que parece uma nota oficial de uma fonte confiável como um banco, uma empresa de cartão de crédito ou um comerciante online de boa reputação.
17. Dentre os protocolos apresentados abaixo, qual se caracteriza por ser um protocolo padrão para o envio de emails na internet?
- IMAP
 - POP3
 - IRC
 - SMTP
18. Um backup que copia arquivos criados ou alterados desde o último backup normal e que não marca os arquivos como arquivos que passaram por backup é chamado de:
- Incremental.
 - Diferencial.
 - De Cópia
 - Diário.
19. O Microsoft Windows Vista permite aos usuários criptografar pastas e arquivos armazenados nos discos rígidos. Quando exibidos no gerenciador de arquivos do sistema operacional, estes arquivos aparecerão destacados na cor:
- Verde
 - Preta
 - Azul
 - Vermelha
20. A extensão padrão de um arquivo do Microsoft Access 2007 é:
- .dbf
 - .mdb
 - .accdb
 - .csv
21. Uma pessoa aplicou R\$ 30.000,00 rendendo uma taxa de juros compostos de 10% ao mês, com capitalização mensal. Após 4 meses o montante gerado por este capital é:
- 43,41% superior ao capital inicial
 - 46,41% superior ao capital inicial
 - 45,41% superior ao capital inicial
 - 44,41% superior ao capital inicial
22. Se em uma volta de uma roda de bicicleta são percorridos 1m e 70cm, quantas voltas são necessárias para percorrer 66m e 30cm?
- 33
 - 39
 - 37
 - 41
23. Em uma corrida rústica, o corredor A está 3 km a frente do corredor B. Porém, enquanto o corredor A percorre 4,5 km o corredor B percorre 6 km. Qual distância o corredor B tem que percorrer para alcançar o corredor A?
- 12
 - 3
 - 9
 - 21
24. Um homem deve cruzar a pé uma ponte para trem. Após ter caminhado $\frac{1}{3}$ do comprimento da ponte ele vê a sua frente um trem vindo em sua direção. Correndo tanto para frente quanto para trás, com a mesma velocidade de 15 km/h, ele consegue escapar no último instante antes de ser esmagado pelo trem. A velocidade do trem é?
- 45 km/h
 - 30 km/h
 - 15 km/h
 - 60 km/h
25. Uma loja de departamentos coloca 80% de todos os artigos em seu estoque em liquidação. Sabendo que eletrodomésticos correspondem por $\frac{1}{4}$ dos artigos no estoque total da loja, e que 140 eletrodomésticos estão em liquidação podemos afirmar que a quantidade total de artigos no estoque da loja é:
- 800
 - 700
 - 500
 - 600
26. Qual a taxa de juros simples mensal necessária para que um capital de R\$ 6.000,00 renda R\$ 960,00 de juro simples, após 8 meses?
- 2%
 - 1%
 - 3%
 - 4%
27. Dois números naturais positivos são tais que a diferença de seus quadrados é 11. A soma destes dois números é:
- 11
 - 9
 - 13
 - 15
28. Existem três suspeitos de um assalto a banco, que podem ou não ter agido em conjunto. Sabe-se que:
- Se o suspeito A ou o suspeito B é culpado, então o suspeito C também é culpado
 - O suspeito C é inocente.
- Pode-se afirmar que:
- O suspeito B é culpado.
 - Ou o suspeito A ou o suspeito B é inocente, mas não ambos.
 - Os suspeitos A e B são inocentes.
 - O suspeito A é culpado.
29. Em uma festa com 120 pessoas, $\frac{7}{10}$ delas bebem vinho, $\frac{3}{4}$ bebem cerveja e $\frac{4}{5}$ bebem refrigerante. Quantas pessoas, no mínimo, bebem de todas as três bebidas?
- 30
 - 40
 - 20
 - 12

30. Joaquim está comprando um carro e negocia um desconto de 10% no valor do mesmo. Porém, Joaquim tem que pagar a prazo e é informado que esta forma de pagamento acarretará um acréscimo de 10% sobre o valor negociado. O valor final que Joaquim pagará pelo carro:
- Será igual ao valor original
 - Terá um desconto de 0,5%
 - Terá um desconto de 1%
 - Terá um acréscimo de 1%
31. É da competência originária do Tribunal de Justiça processar e julgar, com **EXCEÇÃO DE**:
- os Deputados Estaduais, os Secretários de Estado ou ocupante de cargo equivalente, os Procuradores-Gerais de Justiça e do Estado, o Defensor Público-Geral do Estado, o Auditor-Geral do Estado e os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade.
 - os Prefeitos, nos crimes comuns.
 - o mandado de injunção, quando a elaboração da norma reguladora for atribuição de órgão ou entidade ou autoridade estadual, da administração direta e indireta, ou do próprio Tribunal.
 - a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição da República.
32. Acerca da divisão judiciária, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- as comarcas estão divididas e classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.
 - cada grupo de cinco municípios formará um termo judiciário, cuja denominação será idêntica ao que lhe servir de sede.
 - a criação de novas comarcas exige, em regra, um mínimo populacional de vinte mil habitantes e de cinco mil eleitores no termo judiciário que servirá de sede, assim como a audiência prévia da Corregedoria Geral da Justiça.
 - as zonas judiciárias, numeradas ordinalmente, são constituídas de quatro juízos e destinadas à designação dos juízes de direito substitutos de primeira entrância.
33. A Justiça Militar estadual é composta:
- pelo Tribunal de Justiça Militar, em segundo grau de jurisdição; e, em primeiro grau, pela Auditoria e Conselhos da Justiça Militar, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Maranhão.
 - pelo Superior Tribunal Militar e pelos Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei complementar à Constituição da República.
 - pelo Tribunal de Justiça, em segundo grau de jurisdição; e, em primeiro grau, pela Auditoria e Conselhos da Justiça Militar, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Maranhão.
 - pelo Tribunal de Justiça, em segundo grau de jurisdição; e, em primeiro grau, pela Auditoria e Conselhos da Justiça Militar, com sede e jurisdição na Capital, e, no interior, pelos Juízos Criminais definidos por ato do Tribunal de Justiça.
34. O processamento das demandas que apurem a ocorrência de ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial à mulher, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, dar-se-á perante a:
- Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.
 - Vara da Infância e Juventude.
 - Vara de Interesses Difusos e Coletivos.
 - Vara de Execuções Penais.
35. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- o Tribunal de Justiça poderá designar juízes de entrância final para dirimir conflitos fundiários que envolvam litígios coletivos.
 - a organização e a competência da Justiça Agrária são definidas por ato do Tribunal de Justiça.
 - são assegurados, nos Tribunais do Júri, a plenitude de defesa, a votação aberta e motivada dos jurados e a soberania dos veredictos.
 - aos Tribunais do Júri, presentes em todas as Comarcas do Estado, compete o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
36. O *quórum* mínimo para funcionamento do Plenário do Tribunal de Justiça é de:
- 16 (dezesesseis) desembargadores.
 - 21 (vinte e um) desembargadores.
 - 12 (doze) desembargadores.
 - 8 (oito) desembargadores.
37. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- as Turmas Recursais Cíveis e Criminais são competentes para processar e julgar os mandados de segurança e os *habeas corpus* impetrados contra Juiz de Direito dos Juizados Especiais, das Varas Cíveis e das Varas Criminais.
 - o Tribunal de Justiça criará tantas turmas quanto necessárias, designando no ato de criação a sua sede e será presidida pelo Juiz mais antigo na Turma.
 - compete às Turmas Recursais Cíveis e Criminais processar e julgar os recursos interpostos contra as decisões dos respectivos Juizados Especiais, bem como os embargos de declaração de suas próprias decisões.
 - as Turmas Recursais serão compostas por três Juízes titulares e três suplentes, todos togados e em exercício no primeiro grau de jurisdição, designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
38. São denominados serventuários judiciais, gozando seus atos de fé pública:
- secretários do Plenário e das Câmaras do Tribunal de Justiça e perito oficial.
 - depositário público e partidor judicial.
 - administrador judicial e juízes leigos.
 - oficiais de justiça e secretários judiciais.
39. São isentos do pagamento de custas judiciais, com **EXCEÇÃO DE**:
- os processos de *habeas corpus* e de mandado de segurança.
 - o Ministério Público.
 - os Municípios e suas respectivas autarquias.
 - o réu, quando pobre, nos feitos criminais.
40. Não sendo a hipótese de situação que espelhe crime tipificado na lei penal, a prescrição das faltas disciplinares aplicáveis aos servidores do Poder Judiciário estadual e sujeitas às sanções de advertência, repreensão e suspensão, bem como daquelas que levam à pena de demissão, ocorrem, respectivamente, em:
- 4 (quatro) e 6 (seis) anos.
 - 2 (dois) e 4 (quatro) anos.
 - 2 (dois) e 3 (três) anos.
 - 3 (três) e 4 (quatro) anos.

41. Assinale a alternativa correta:
- Ao verificar a ocorrência de violação à lei em ato administrativo, a autoridade administrativa competente deve providenciar sua imediata revogação.
 - Inserem-se no âmbito do poder discricionário da Administração o apurar e o sancionar de condutas caracterizadoras de improbidade administrativa.
 - Ainda que feita, na verdade, apenas para prejudicar adversário político da autoridade pública, não pode ser declarada inválida desapropriação que siga os trâmites legais e seja formalmente motivada por necessidade pública.
 - Aplicam-se às concessionárias de serviços públicos as normas que estabelecem a responsabilidade objetiva da Administração por danos provocados por seus agentes.
42. Assinale a alternativa correta:
- A remuneração correspondente a serviços públicos facultativos deve-se dar através de taxa.
 - A remuneração correspondente a serviço público facultativo, específico e divisível deve-se dar através de imposto.
 - A remuneração correspondente a serviço público compulsório, específico e divisível pode-se dar através de taxa.
 - A remuneração correspondente a serviços públicos indivisíveis pode-se dar através de taxa.
43. No que tange ao poder de polícia, pode:
- o Município determinar qual uso econômico será dado a cada terreno particular, de modo a impedir que se ultrapasse, em qualquer trecho da área urbana, o volume médio de lixo por habitante, previsto em lei.
 - o Município anular o alvará de licença para construir, quando se verificar que a obra licenciada gerará prédio em estilo arquitetônico tido por esteticamente ultrapassado.
 - o Estado regular em legislação própria, observando as normas gerais de proteção da saúde criadas pela União, a limpeza das escolas municipais.
 - o Município determinar, com base em legislação própria, o desmatamento e limpeza de terrenos baldios, inclusive impondo sanções a particulares que nestes permitam o acúmulo de lixo.
44. Sempre exclui a responsabilidade do Estado, em caso de dano sofrido por particular:
- o dolo do servidor que ocasionou o dano- o qual se torna o único responsável pelo mesmo.
 - a hipótese de força maior, em evento natural imprevisível e de grandes proporções, que não pudesse ter sido evitado ou contido por obras públicas.
 - a negligência do servidor que ocasionou o dano- o qual se torna o único responsável pelo mesmo.
 - a ausência no local do dano, no momento deste, de qualquer agente público.
45. Assinale a alternativa correta:
- Aprovadas as contas pelo Tribunal de Contas competente, impossibilita-se a condenação da autoridade gestora, em sede de ação popular.
 - A revogação de contrato irregular de prestação de serviços, após poucos meses de execução, não impede que tal ato seja submetido a outros meios de controle externo e interno.
 - A desafetação de um bem público não prescinde da autorização prévia do Ministério Público do ente político respectivo.
 - Se foi ilícitamente habilitado um dos licitantes, a vitória de outro licitante no certame não libera a Administração do dever de anular o procedimento licitatório e a eventual contratação dele decorrente.
46. A homologação do ato administrativo:
- é ato vinculado de controle de legalidade.
 - ocorrerá *a priori*, quando se tratar de assunto relacionado à gestão interna do Poder Judiciário.
 - é ato administrativo discricionário, no qual a conveniência administrativa é objeto de juízo definitivo.
 - implica a impossibilidade de seu questionamento judicial, face à decadência que ocasiona.
47. Assinale a alternativa correta.
- Os bens imóveis do menor sob poder familiar e os bens imóveis de menores sob tutela não podem ser vendidos, mesmo com prévia autorização judicial.
 - Tutela dativa é aquela em que é nomeado tutor um parente consanguíneo.
 - O regime da participação final dos aqüestos é um regime misto, ou seja, durante o casamento o regime é o da Comunhão Parcial e quando o casamento se dissolve o regime é da Separação de Bens.
 - O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
48. Assinale a alternativa correta.
- Um casal contraiu matrimônio sob o regime da comunhão parcial de bens em 2006. Em 2008 o cônjuge varão foi contemplado na mega sena. Com este prêmio adquiriu uma lancha. Caso o casal venha a separar-se judicialmente a lancha não deverá ser partilhada, visto que não foi adquirida com esforço comum.
 - Parentesco por afinidade na linha reta se extingue pela dissolução do casamento.
 - Seja qual for a causa do divórcio, é lícito aos cônjuges, restabelecer, a sociedade conjugal.
 - Não corre a prescrição entre ascendente e descendente, durante o poder familiar.
49. Assinale a alternativa correta:
- São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
 - Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
 - Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 60 (sessenta dias depois de oficialmente publicada.
 - Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
50. Assinale a alternativa correta:
- O testamento pode ser escrito em língua nacional ou estrangeira, pelo próprio testador, não podendo ser escrito por outrem, a seu rogo.
 - A sentença que declara a interdição produz efeito somente após o recurso.
 - Não constitui ato ilícito apenas os atos praticados em legítima defesa.
 - Na falta de descendente, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.
51. Assinale a alternativa correta:
- A Lei n.º 9.307/96 que dispões sobre Direito Arbitral reza que pode ser árbitro qualquer pessoa capaz que possua mais de 21 e que tenha a confiança das partes. São direitos pessoais: o usufruto e o penhor.
 - Ficam sujeitos a sobrepartilha os bens sonogados e quaisquer outros bens da herança do que tiver ciência após a partilha.
 - São registrados no Registro Civil de Pessoas Naturais apenas: os nascimentos, os casamentos, os óbitos e a emancipações.
52. Assinale a alternativa correta:
- O processo de criação da lei passa por duas fases: o da promulgação e o da publicação.
 - As partes não podem, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
 - É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.
 - A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
53. Assinale a alternativa correta:
- O ente que possui personalidade jurídica terá, em todas as situações, capacidade de estar em juízo.
 - A sociedade de fato possui capacidade processual, podendo ser parte de uma relação jurídica processual.
 - A multa decorrente da prática de ato atentatório à dignidade da justiça pode chegar a 20% do valor da causa, sendo cobrada em favor da parte.
 - Assim como o governador não representa o seu Estado em juízo, o prefeito também não representa o seu município em juízo.

54. Assinale a alternativa correta:
- Todas as sentenças fundadas no artigo 269 do CPC contêm efetivo julgamento a respeito da lide, do mérito discutido respectiva na ação.
 - O dispositivo é requisito de eficácia da sentença.
 - A coisa julgada formal engloba a coisa julgada material.
 - A lei autoriza que as sentenças fundadas no art. 267 do CPC tenham fundamentação e relatório concisos.
55. João Cobrador propôs ação condenatória em face de Mauro Navalha, buscando indenização por acidente de trânsito provocado pelo segundo. Julgado totalmente procedente o pedido, Mauro foi condenado a pagar R\$ 70.000,00 a João, que se encontra em estado de necessidade. O acórdão do recurso de apelação que confirmou a sentença transitou em julgado no dia 14.04.08. João pretende cumprir a sentença. Dito isto, conforme os fatos narrados, assinale a alternativa correta:
- Não foi concedida ou requerida antecipação da tutela no presente caso.
 - Não incidirá, no caso, a multa de 10% sobre o valor da condenação, por se tratar de cumprimento definitivo da obrigação de pagar.
 - Segundo precedentes do STJ, João poderá iniciar o cumprimento da sentença, mediante simples petição, do dia 23.04.08 em diante.
 - Não haveria motivo para concessão ou deferimento de antecipação ou cautela no presente caso.
56. Assinale a alternativa correta:
- Na impugnação do devedor, o executado pode voltar a discutir o mérito referente à sua responsabilidade no processo de conhecimento.
 - A legislação prevê explicitamente a fixação de honorários em prol do advogado do demandante na fase do cumprimento da sentença.
 - O cumprimento provisório da sentença ocorre nos autos do processo de conhecimento.
 - No cumprimento da sentença, caso não pague a importância devida no prazo de quinze dias, o demandado pode, desde o início do procedimento, indicar bens a serem penhorados.
57. Assinale a alternativa correta:
- Se o devedor, na expropriação por hasta pública, tiver procurador constituído nos autos, será, em princípio, intimado do local e da data da praça ou leilão por meio de aviso de recebimento ou por outro meio idôneo.
 - Na expropriação por alienação particular de bens penhorados, a publicidade da oferta não pode se dar pelo rádio ou por página na internet.
 - O CPC determina a fixação de honorários advocatícios de sucumbência na atual execução civil fundada em títulos executivos extrajudiciais.
 - Tanto no cumprimento da sentença quanto na execução por título extrajudicial, a atual fase de expropriação dos bens penhorados se inicia, necessariamente, pela publicação de editais para hasta pública.
58. Assinale a alternativa correta:
- O poder geral de cautela (CPC, arts. 797 a 799) não tem o condão de subsidiar a tomada de medidas cautelares independente de requerimento.
 - A acessoriedade é um traço preponderante e inerente a toda medida de urgência.
 - A antecipação da tutela possui nítido caráter acessório ao processo principal.
 - A antecipação da tutela antecipa os efeitos fáticos, portanto a execução, em caráter provisório, do pronunciamento jurisdicional final de mérito.
59. Assinale a alternativa correta:
- Medidas cautelares possuem o traço da satisfatividade.
 - As medidas cautelares são o instrumento do processo. Por isso mesmo, em princípio, não julgam mérito. São, ainda, proceduralmente autônomas, mas substancialmente dependentes do processo principal.
 - A medida cautelar incidental de seqüestro não será proposta diretamente no Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal caso o feito principal a que visa proteger esteja tramitando naquela unidade jurisdicional em grau de recurso.
 - A antecipação da tutela não constitui um incidente, mas sim um procedimento autônomo em relação ao processo principal.
60. Assinale a alternativa correta:
- O relatório é requisito de validade da sentença.
 - A fundamentação é requisito de eficácia da sentença.
 - A sentença *ultra petita* traz a necessidade de novo julgamento do mérito pelo juízo de segundo grau, após provido o recurso de apelação que vise determiná-lo.
 - A sentença é o ato que termina a prática de atos procedimentais no primeiro grau de jurisdição.
61. É certo afirmar:
- O peculato de uso, que se manifesta pelo uso momentâneo de coisa infungível sem o *animus domini*, coisa essa que se encontra na posse do funcionário, que a devolve intacta à administração após a sua utilização, não se configura em crime de peculato tipificado no Código Penal.
 - O crime de condescendência criminoso somente alcança a conduta omissiva no tocante à não-responsabilização do subalterno que pratica infração no exercício do cargo e não no exercício da função.
 - O crime de falsidade de atestado médico admite a co-autoria.
 - A adulteração de peça filatélica é tipo penal que se consuma com a ultimação da falsificação, independentemente de qualquer outro resultado.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- somente as proposições II e IV estão corretas.
 - somente as proposições II e III estão corretas.
 - somente as proposições I e IV estão corretas.
 - somente as proposições I e III estão corretas.
62. É certo afirmar:
- Lesão corporal de natureza gravíssima é aquela que gera risco de morte para a vítima.
 - Tutela-se nos crimes de moeda falsa, a fé pública, no concernente à confiança na autenticidade e na regularidade da emissão ou circulação da moeda. E, também, de modo secundário, os interesses das pessoas prejudicadas.
 - Qualquer pessoa pode ser sujeito ativo ou passivo do delito de perigo para a vida ou saúde de outrem.
 - Constrangimento ilegal é o fato de obrigar alguém, mediante violência e grave ameaça a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela não manda.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- somente as proposições I e III estão corretas.
 - somente as proposições II e III estão corretas.
 - somente as proposições I e IV estão corretas.
 - somente as proposições II e IV estão corretas.
63. É certo afirmar:
- O tipo não deixa de ser objetivo quando descreve particularidades e modalidades da conduta.
 - O erro de tipo é aquele que recai sobre a "figura típica".
 - O erro de tipo exclui sempre o dolo, seja evitável ou inevitável.
 - Para que ocorra a suspensão condicional da pena, exige-se que o crime seja considerado de menor potencial ofensivo.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- Somente as proposições II e III estão corretas.
 - Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - Somente as proposições I e III estão corretas.
64. É certo afirmar:
- Os crimes de calúnia, de injúria e de difamação cometidos através da imprensa escrita, terão o seu tipo penal estabelecido pela Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa).
 - Os crimes contra a fauna possuem como objeto jurídico a preservação do meio ambiente como um todo, tendo como objeto material os animais da fauna silvestre, nativos e que estiverem em rota migratória.
 - O crime de abuso de autoridade pode ocorrer tanto por dolo como por culpa, essa de forma *lato* ou *stricto sensu*.
 - Destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial se constitui em crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- somente as proposições I e IV estão corretas.
 - somente as proposições II e IV estão corretas.
 - somente as proposições II e III estão corretas.
 - somente as proposições I e III estão corretas.

65. É certo afirmar:

- I. Divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira se constitui em crime previsto na Lei nº 7.492/86 – Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional.
- II. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório mediante a omissão de informações, ou prestar declaração falsa às autoridades judiciais.
- III. Doutrinariamente, há a possibilidade de três critérios de fixação dos chamados crimes hediondos: legal, judicial e alternativo.
- IV. O crime de lavagem de dinheiro é delito material, que não se consuma com a simples ocultação ou dissimulação do bem, direito ou valor proveniente da prática dos delitos elencados no artigo 1º, da Lei nº 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro). É necessário mais, é necessário que o produto do crime antecedente circule na economia formal.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

66. É certo afirmar:

- I. O crime impossível também é chamado de quase-crime, tentativa inidônea ou inadequada.
- II. Da lei e da jurisprudência nasce a pretensão punitiva do Estado a reprimir os atos catalogados em seu texto como delitos, com a pena cominada, e por isso, são fontes e medidas do direito de punir.
- III. Cominação é a imposição concreta das penas pela lei.
- IV. Os crimes podem ser monossubjetivos ou plurissubjetivos. Monossubjetivos são aqueles que podem ser cometidos por um só sujeito. Plurissubjetivos são os que exigem pluralidade de agentes. Assim, o homicídio é delito monossubjetivo e a rixa ao contrário é plurissubjetivo.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

67. É certo afirmar:

- I. Juridicamente, “desistência” quer dizer fluir o prazo e não interpor recurso, enquanto “renúncia” significa exercer do direito de recorrer e, depois de apresentado e recebido, abdicar do recurso hábil e tempestivamente manifesto.
- II. Se o juízo de prelibação for negativo, tranca-se a via recursal e ocorre o trânsito em julgado.
- III. A “previsão legal” é um pressuposto recursal objetivo, enquanto o “interesse” é pressuposto subjetivo.
- IV. Da sentença absolutória não se vislumbra nenhuma possibilidade de haver o pressuposto do “interesse” da defesa, em interpor o recurso de apelação.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

68. É certo afirmar:

- I. A falta de Inquérito Policial não gera nulidade ao juizado especial criminal, porque, apesar de previsto na Lei 9.099/95, o mesmo é dispensável, portanto, tendo elementos suficientes, poderá o Ministério Público oferecer denúncia.
- II. O período de prova da suspensão condicional do processo será de dois a quatro anos, podendo de forma excepcional e fundamentada ser acrescido em mais um ano, se as condições assim o exigir.
- III. Havendo conciliação civil na audiência preliminar prevista no juizado especial criminal, quando devidamente homologada, ocorrerá renúncia ao direito de queixa, tratando-se de a ação exclusivamente privada.
- IV. Tratando-se de juizado especial criminal é possível que os atos processuais se realizem em horário noturno e em qualquer dia da semana.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.

69. É certo afirmar:

- I. O Processo Penal é regido por uma série de princípios e regras que outra coisa não representam senão postulados fundamentais da política processual penal de um Estado, podendo-se dentre eles citar: da verdade real; da legalidade; da oficialidade; da iniciativa das partes; da inadmissibilidade de provas admitidas por meios ilícitos; *ne eat iudex ultra petita partium* (o juiz não pode dar mais do que foi pedido, não pode decidir sobre o que não foi solicitado); do *favor rei*.
- II. A representação é irretroatável após o oferecimento da denúncia. Portanto, até o oferecimento da denúncia pode ser retratada.
- III. Sobre a aplicação da Lei Processual no Tempo, é correto afirmar que sendo a norma mista, terá aplicação imediata, independentemente da possibilidade ou não de se cindir as matérias.
- IV. Do ponto de vista constitucional e processual é correto afirmar que a ação penal é de direito público, apesar de ser classificada subjetivamente como “pública” e “privada”, sendo que a “pública” pode ser incondicionada ou condicionada.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

70. É certo afirmar:

- I. Acusado é a pessoa contra quem se propõe a ação penal, ou seja, o sujeito passivo da pretensão punitiva, parte da relação processual. O Código de Processo Penal também usa o termo Acusado para os atos de inquérito policial, no que está certo, pois o processo se inicia com a investigação policial.
- II. Sujeito ativo, como autor, no processo penal, é o Estado. O Ministério Público, órgão estatal da pretensão punitiva e da ação penal, é o sujeito ativo material e processual na relação jurídica que se forma com a instauração da instância penal. Nos delitos em que cabe a ação penal privada, o querelante atua como substituto processual, ocupa a posição de autor, mas tão-só sob o aspecto formal.
- III. Tanto a denúncia como a queixa, por serem peças formais, exigem que a qualificação e identificação do Acusado seja completa e perfeita, sendo causa de nulidade, uma denúncia por alcunha.
- IV. Como órgão do Estado, a primeira condição para que possa uma pessoa exercer a função de Juiz é que nela tenha sido investida. O princípio fundamental da jurisdição é o princípio da investidura.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

71. É certo afirmar:

- I. O militar não é intimado dos atos processuais via mandado, e sim, por ofício requisitório por intermédio de seu chefe.
- II. Tratando-se de crimes que deixam vestígios (ex: lesão corporal), o laudo pode ser conforme o caso, direto ou indireto. Direto quando é realizado por testemunhas que diretamente viram o crime e, indireto quando feito por peritos.
- III. A “contumácia” do réu enseja ao juiz decretar a sua revelia.
- IV. Os atos de comunicação processual que houverem de ser feitas junto às sedes diplomáticas localizadas em solo brasileiro, serão realizadas através de carta precatória.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

72. É certo afirmar:

- I. Mesmo o réu deixando de apresentar as suas razões recursais, a sua apelação criminal será julgada pelo juízo *ad quem*.
- II. Hodiernamente, a aplicabilidade do artigo 594 do CPP é pacífica, devendo o réu se recolher à prisão para poder recorrer.
- III. Tanto a apelação criminal quanto o recurso em sentido estrito, admitem a sua interposição de forma "oral".
- IV. Caso o juízo *a quo* venha a se retratar no caso do recurso em sentido estrito, poderá a parte recorrida, interpor "simples petição" e assim recorrer da nova decisão, independente de novos arrazoados.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

73. É certo afirmar:

- I. Os impedimentos e suspeições previstas ao Juiz, aplicam-se também aos Jurados, ao representante do Ministério Público, bem como aos Peritos, Interpretes e funcionários da Justiça.
- II. Tratando-se de processo de competência do Tribunal do Júri, o Juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do Acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 3 (três) dias.
- III. Com a reforma aplicada ao Código de Processo Penal pela Lei nº 11.719, de 20.06.2008, os crimes de responsabilidade cometidos pelos funcionários públicos passaram a ser processados pelo rito comum, revogando-se o rito especial outrora existente.
- IV. Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará a inquirição por videoconferência e, somente na impossibilidade dessa forma, determinará a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

74. É certo afirmar:

- I. Modernamente, somente se admite que a prisão do réu ocorra após o trânsito em julgado da sentença condenatória, em comunhão com o princípio constitucional penal do "estado de inocência".
- II. O objetivo ou finalidade da prova é formar a convicção do Juiz e o convencimento das partes sobre os elementos necessários para a decisão da causa, em especial ao Ministério Público, dono da ação penal.
- III. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil.
- IV. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.

75. Não há óbice, na Constituição Federal,

- a) ao reajustamento das pensões para preservar-lhes o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- b) ao reajustamento de gratificações pagas a servidores do Poder Judiciário estadual, para torná-las sempre correspondentes a 15% dos subsídios pagos aos desembargadores.
- c) ao uso de fração do salário mínimo como indexador, quando se tratar da proteção do valor real dos proventos de todos os servidores estaduais inativos.
- d) ao uso da totalidade do salário mínimo como indexador, quando se tratar da atualização de vencimentos, na esfera estadual, de servidores do Poder Judiciário.

76. Recusando-se a Administração a fornecer certidão necessária à defesa de direitos patrimoniais de cidadão estrangeiro residente no Brasil, este deve

- a) impetrar *habeas data*, no prazo de 30 (trinta) dias, após se ter naturalizado brasileiro.
- b) impetrar *mandado de segurança*, no prazo de 30 (trinta) dias, após se ter naturalizado brasileiro.
- c) impetrar *mandado de segurança*, sem aguardar prévia aquisição da nacionalidade brasileira.
- d) impetrar *habeas corpus*, sem aguardar prévia aquisição da nacionalidade brasileira.

77. Diante de sucessivas mortes ocasionadas por incessante e violento conflito armado entre facções políticas em um município interiorano, é possível, em tese,

- a) a intervenção federal no estado em que o município se situa, para pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.
- b) a intervenção federal no município, para pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, se esse mesmo município se localizar em território federal.
- c) a intervenção estadual no município, para pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.
- d) a intervenção federal no município, para pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, desde que haja requisição do Tribunal de Justiça do estado respectivo.

78. O Chefe do Poder Executivo pode

- a) dispor, mediante decreto legislativo, sobre o funcionamento da Administração Direta, desde que para tanto autorizado por lei prévia.
- b) dispor, mediante lei delegada, sobre os requisitos de validade do voto de liderança, no âmbito do Poder Legislativo.
- c) dispor, mediante decreto regulamentar, sobre a criação de novos direitos pecuniários de servidores titulares de cargo efetivo, inclusive instituindo novas gratificações.
- d) dispor, mediante decreto autônomo, sobre a extinção de cargos públicos vagos, no âmbito do Poder Executivo.

79. O Supremo Tribunal Federal pode,

- a) no julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade, declarar leis municipais inválidas face à Constituição Estadual, em decisão com efeitos *ex tunc*.
- b) na apreciação de recurso extraordinário, reformar acórdão de Tribunal de Justiça que declare válida lei estadual contestada em face de lei federal.
- c) no julgamento de ação interventiva ajuizada pelo Procurador Geral da República, requisitar a intervenção federal em estado, para repelir invasão que este sofra de outra unidade da Federação.
- d) condenar por crime contra a honra senador que qualifique projeto de lei debatido na Câmara dos Deputados como "mais uma expressão da desonestidade de certos oligarcas".

80. Assinale a alternativa correta:

- a) A iniciativa do projeto de lei referente ao Estatuto da Magistratura compete ao Presidente do STF.
- b) Há óbice constitucional ao exercício de atividade político-partidária por parte de membros do Ministério Público.
- c) Os estados têm competência exclusiva para definir, através de suas respectivas constituições, como se dará o julgamento das autoridades estaduais e municipais, nos casos de crime de responsabilidade.
- d) A competência para legislar sobre desapropriação é comum aos estados, à União e ao Distrito Federal, mas poderá ser delegada aos municípios, em havendo lei complementar federal que o autorize.